

edmilson batista nunes <comprasmoema01@gmail.com>

## Fwd: PARECER REFERENTE Á IMPUGNAÇÃO AO EDITAL PARA PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2023 - MOEMA - MG INMETRO PREÇO

1 mensagem

7 de dezembro de 2023 às 12:15

----- Forwarded message ------

De: Licitação - KCR equipamentos < licitacao@kcrequipamentos.com.br>

Date: qui., 7 de dez. de 2023 às 11:36

Subject: RES: PARECER REFERENTE Á IMPUGNAÇÃO AO EDITAL PARA PREGÃO PRESENCIAL № 053/2023 - MOEMA - MG INMETRO

PREÇO

To: <moema@moema.mg.gov.br>

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEMA MG,

PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2023

PROCESSO LICITATÓRIO 0587/2023

RECEDIDO

RECEDIDO

VIA EMAIL

VIA EMAIL

K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP, estabelecida à Rua: Marechal Mascarenhas de Morais n°. 88, sala A, nesta cidade de Araçatuba, estado de São Paulo, Inscrita no CNPJ. n° 21.971.041/0001-03 e Inscrição Estadual n.º 177.338.790.110, por intermédio de sua representante legal, representado pela Sra. procuradora KAREN CRISTIANE RIBEIRO STANICHESKI portadora do documento de identidade RG: 27.601.293-8 SSP/SP e CPF: 277.277.558-50, infra-assinada, vem, respeitosamente, à presença de V.SRA, vem respeitosamente á presença de V.SRA., interpor IMPUGNAÇÃO AO EDITAL em epigrafe, isso pelos relevantes motivos de fato e razões de direito a seguir expostos:

### **ESCLARECIMENTOS INICIAIS**

A IMPUGNANTE é empresa nacional, regularmente constituída, devidamente qualificada e tecnicamente apta para licitar e contratar com a Administração Pública em Geral. Atua no comércio atacadista e varejista de balanças e equipamentos médico-hospitalares.

Os produtos comercializados são identificados com selo de controle de qualidade e devidamente certificados, atendendo integralmente as normas técnicas nacionais vigentes, emanadas pelos órgãos competentes fiscalizadores e certificadores como INMETRO por exemplo.

## DA APRESENTAÇÃO DA IMPUGNAÇÃO

Vale ressaltar que decisão do Tribunal De Contas Da União é que a impugnação deve ser recebida de forma

eletrônica (e-mail):

O envio de impugnações e pedidos de informação por parte dos interessados em licitação na modalidade pregão eletrônico deve ser permitido pela via eletrônica, conforme prevê o art. 19 do Decreto no 5.450/2005.

Acórdão 2655/2007 Plenário (Sumário)

O TCU determinou a anulação de certame em razão da exigência do meio de envio de impugnações a via escrita, contrariando o art. 19 do Decreto no 5.450/2005, de modo incompatível com o objetivo de celeridade inerente a modalidade "pregão". Faca constar, do edital de licitação, endereço eletrônico do pregoeiro para envio de eventuais impugnações e pedidos de informações, em atendimento ao que pregam os arts. 18 e 19 do Decreto no 5.450/2005.

Acórdão 2655/2007 Plenário

Logo, o meio apresentado se mostra devidamente cabível.

## DO CABIMENTO DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO E DOS FATOS

O direito de petição é um direito universal previsto na Constituição Federal:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

Este direito visa a efetivar o poder de autotutela administrativa consubstanciado na possibilidade de a Administração rever seus próprios atos, alcançando aspectos de legalidade e mérito, inerentes ao poder-dever geral de vigilância da Administração Pública.

O DEVER DE AUTOTUTELA, Segundo o § 2º do art. 62 da Lei nº 9.784/99, demonstra que "o não conhecimento do recurso não impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida a preclusão administrativa."

A aplicabilidade deste dispositivo culminou com a formulação de duas súmulas, as quais prescrevem que:

"a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial"

(Súmula 473, STF)

"a Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos" (Súmula 346, STF).

Nesse contexto, inobstante a inexistência de prazo recursal, a presente petição é cabível, uma vez que indica notória ilegalidade, merecendo ser considerada para fins de revisão do ato.

Gmail - Fwd: PARECER REFERENTE Á IMPUGNAÇÃO AO EDITAL PARA PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2023 - MOEMA - ...

Em face do ato contaminado por qualquer vício de ilegalidade, o administrador deve (e não apenas pode) anulá-lo. A Administração atua sob a égide do princípio da legalidade (art. 37 da Constituição Federal), de modo que, se o ato é ilegal, tem o dever de preceder à sua anulação, ainda na esfera administrativa, para o fim de restaurar a legalidade desejada.

Portanto, elencamos abaixo os motivos que conduzem à necessária revisão do ato por manifesta ilegalidade:

Como um processo licitatório demanda muito tempo e trabalho para ser elaborado e executado, o mínimo que órgão precisa exigir e receber é um produto de qualidade e com boa durabilidade. Não andou com o costumeiro acerto a Comissão de Julgamento desta Licitação, ao elaborar o descritivo e requisitos No ITENS 1 visto que o valor do produto não está condizente com os requisitos estabelecidos.

Vale ressaltar que os requisitos do edital estão condizentes pois especifica balança portátil de uma ótima qualidade devidamente CERTIFICADA PELO INMETRO, porém o VALOR DE REFERENCIA INEXEQUIVEL para cumprir as exigências estabelecidas no edital:

1) Balança digital portátil tampo de vidro suporta até 200kg Valor: R\$ 90,00

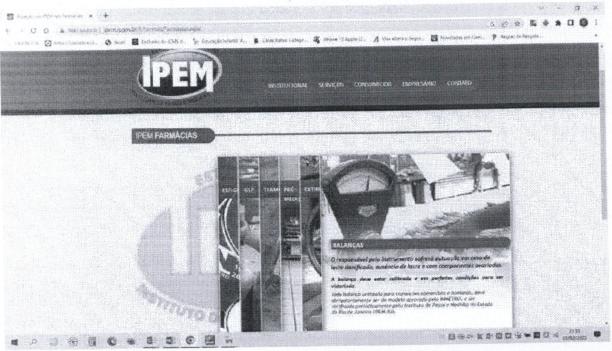
O preço estabelecido "teoricamente" traduzem uma balança de uso doméstico/residencial sendo que o órgao público não pode utilizar-se de tal produto que é restrito a uso doméstico e residencial.

As balanças domésticas normalmente são de vidro ou plástico e são balanças de uso restrito a uso residencial e doméstico, não passaram pelo processo de certificação junto ao INMETRO e não possuem SELO DE VERIFICAÇÃO INMETRO, sendo que certificação junto ao órgão é requisito obrigatório para BALANÇAS para pesagem HUMANA em estabelecimentos de saúde (para segurança do cidadão) ou em qualquer aplicação DE PESAGEM dentro de um órgão público (para segurança do cidadão) pois balança para pesagem em órgão público não é de uso doméstico. O órgão público não pode adquirir balanças domesticas com fim residencial..

O edital está de acordo com as normas estabelecidas pelo INMETRO PORÉM O PREÇO ESTÁ EM DESACORDO.

O INMEMTRO/IPEM ADVERTE CLARAMENTE INCLUSIVE EM SEU WEBSITE:





Obs: presente recurso tem imagens que podem não ser suportadas pelo portal, desta forma enviamos também o recurso por e-mail de forma completa com os prints e imagens

...Toda balança utilizada para transações comerciais <u>e humanas</u>, deve obrigatoriamente ser de modelo aprovado pelo INMETRO, e ser verificada periodicamente pelo Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio de Janeiro (IPEM-RJ)...

## DO TEMERÁRIO E INEXEQUÍVEL PREÇO DE REFERÊNCIA

Como é sabido, as empresas que pretendem participar de qualquer processo licitatório necessitam seguir normas fundamentadas em lei, sempre visando estabelecer a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e respeitando alguns princípios, visando garantir assim, principalmente, a igualdade e a competitividade entre os licitantes.

Dentro dessas normas, exige-se os requisitos mínimos quanto a sua capacidade de execução do objeto do contrato, bem como a condição de habilitação do pretendido vinculo jurídico. É necessário pontuar que o que se exige da Administração é que busque sempre a melhor proposta. Por óbvio que uma proposta com valor reduzido em relação às demais a princípio aparenta ser aquela que de fato melhor represente o interesse público. Todavia, tal pressuposto não reflete a realidade quando o preço ofertado não foi formulado com base nos requisitos reais de mercado.

A estimativa de preços apresentada pela Administração Pública deve corresponder a uma contraprestação justa e razoável, de forma a cobrir os custos e permitir que o contratado aufira algum lucro. Tal estimativa de preços é impraticável no mercado, pois sequer cobre os custos. Assim, o valor estimado, apresenta indícios de inexequibilidade, pois não é suficiente sequer para cobrir os custos do produto, salário, os encargos incidentes sobre os salários, os insumos, taxa administrativa, lucros e tributos. Portanto, a ilegalidade da estimada pesquisa de preços constitui-se em vício insanável de origem, ficando o edital nulo de pleno direito e seus frutos sem efeito, tornando-o não abjudicável ainda que seja mantido o certame nas atuais condições.

O valor não representa a realidade do mercado e corresponde a um valor abaixo do praticado pelas empresas que atuam nesse setor. Consoante já afirmado, a Lei n. 8.666/93 prevê em seu art. 48, inciso II, a necessidade de aferição de preços exequíveis durante o processo licitatório. A administração deve se assegurar de que as propostas apresentadas sejam viáveis e, para tanto, deve certificar o preço por meio de documentos que comprovem que os custos envolvidos são coerentes com os preços de mercado e que os

coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato. Logo, sendo um valor insuficiente para cobrir os custos do serviço e em clara desconformidade com os preços usualmente praticados no mercado, esse valor inviabilizará a contratação por preço justo e razoável. Nesse sentido, a lição de Marçal Justen Filho:

> "Ressalte-se que o preço máximo fixado pode ser objeto de questionamento por parte dos licitantes, na medida em que se caracterize como inexequível. Fixar preço máximo não é a via para a Administração inviabilizar contratação por preço justo. Quando a Administração apurar certo valor como sendo o máximo admissível e produzir redução que tornar inviável a execução do contrato, caracterizar-se-á desvio de poder." (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11º Edição, 2005, Ed. Dialética, pág. 393).

Ante o exposto, viemos por meio deste requerer que seja suspenso o edital, para a realização de nova pesquisa de preços, seja por solicitação por e-mail, ou por pesquisa na internet com empresas idôneas a fim de obter valores justos para a obtenção da média dos valores de referência. A definição de preços inferiores aos praticados no mercado além de exigir atendimento com preços inexequíveis pode atrair para o certame empresas que não possuem capacidade de atender ao licitado, mas que participam como aventureiras com risco de não entrega do contrato ou entrega de produto divergente e de qualidade e durabilidade inferior. Tal fator gera para a Administração futura onerosidade excessiva. O Tribunal de Contas da União manifestou-se sobre o tema, indicando a imprescindibilidade de consultar as fontes de pesquisa que sejam capazes de representar o mercado: ACÓRDÃO 868/2013 - PLENÁRIO 6. Para a estimativa do preço a ser contratado, é necessário consultar as fontes de pesquisa que sejam capazes de representar o mercado. A propósito, o Voto que conduziu o Acórdão 2.170/2007 - TCU - Plenário, citado no relatório de auditoria, indica exemplos de fontes de pesquisa de preço, in verbis: "Esse conjunto de preços ao qual me referi como "cesta de preços aceitáveis" pode ser oriundo, por exemplo, de pesquisas junto a fornecedores, valores adjudicados em licitações de órgãos públicos - inclusos aqueles constantes no Comprasnet -, valores registrados em atas de SRP, entre outras fontes disponíveis tanto para os gestores como para os órgãos de controle - a exemplo de compras/contratações realizadas por corporações privadas em condições idênticas ou semelhantes àquelas da Administração Pública -, desde que, com relação a qualquer das fontes utilizadas, sejam expurgados os valores que, manifestamente, não representem a realidade do mercado." Nesse sentido a lição de Marçal Justen Filho: Ressalte-se que o preço máximo fixado pode ser objeto de questionamento por parte dos licitantes, na medida em que se caracterize como inexequível. Fixar preço máximo não é a via para a Administração inviabilizar contratação por preço justo. Quando a Administração apurar certo valor como sendo o máximo admissível e produzir redução que tornar inviável a execução do contrato, caracterizar-se-á desvio de poder. (in Comentários Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11ª Edição, 2005, Ed. Dialética, pág. 393).

O respeitado Prof. Jesse Torres assim assevera sobre o preço inexequível, ou inviável, como prefere denominar:

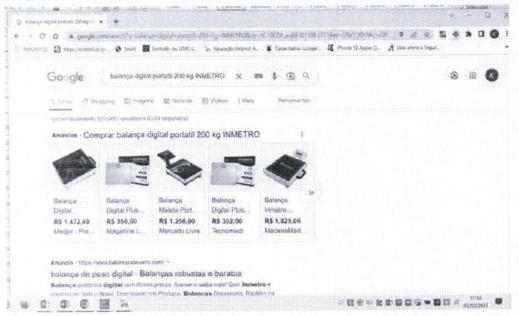
Preço inviável é aquele que sequer cobre o custo do produto, da obre ou do serviço. Inaceitável que empresa privada (que almeja sempre o lucro) possa cotar preço abaixo do custo, o que a levaria a arcar com prejuízo se saísse vencedora do certame, adjudicando-lhe o respectivo objeto. Tal fato, por incongruente com a razão de existir de todo empreendimento comercial ou industrial (o lucro), conduz, necessariamente, à ilegitimamente, inclusive asfixiando competidores de menor porte. São hipóteses previstas na Lei nº 4.137, de 10.09.62, que regula a repressão ao abuso do poder econômico. (PEREIRA JÚNIOR, 2007, p. 557-558).

Assim, a especificação e estimativa de preços apresentada pela Administração Pública deve corresponder a uma contraprestação justa e razoável, de forma a cobrir os custos e permitir que o contratado aufira lucro.

Ocorre que, frente as especificações técnicas apresentadas e rigorosas expectativas do edital e Administração, o valor estimado não é condizente e fica aquém aos custos do produto, sendo que não existe no mercado NENHUMA BALANÇA PORTATIL PARA PESAGEM DE PESSOAS CERTIFICADA PELO INMETRO que apresente o valor acima orçado. A Estimativa foi feita com base em uma balança de uso doméstico/residencial sendo que o órgão público não pode utilizar-se de tal produto que é restrito a uso doméstico e residencial.

VEJAMOS OS PREÇOS DAS BALANÇAS PORTATEIS CERTIFICADAS PELO INMETRO NO

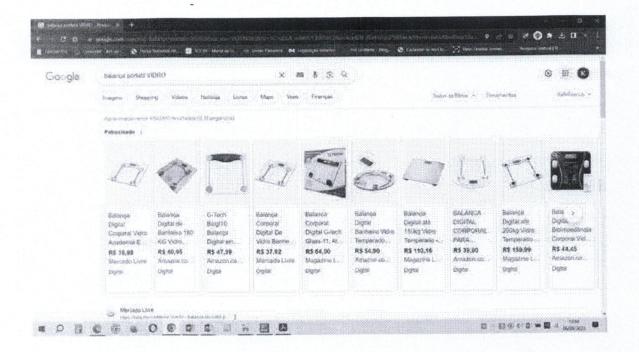
MERCADO:



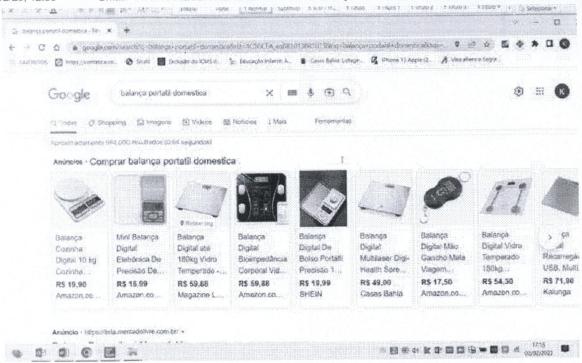
Como pode ser observado acima no print as balanças marca Welmy, Ramuza, Balmak, Lider possuem produtos de uso humano devidamente certificado pelo INMETRO e o preço do produto é acima de R\$1.000,00 sendo que não existe balança com INMETRO ao custo inferior a isso.

VEJAMOS AGORA OS PREÇOS DE BALANAÇS PORTATIL DE USO DOMESTICO DE VIDRO OU

## PLASTICO:



As balanças domésticas (de plástico e/ou vidro) possuem preço muito inferior porém são balanças de uso restrito a uso residencial e doméstico, não passaram pelo processo de certificação junto ao INMETRO e não possuem SELO DE VERIFICAÇÃO INMETRO, não podendo esses equipamentos serem adquiridos por uma órgão público para pesagem de humano/pacientes, pois não são balanças seguras quanto ao peso obtido conforme já amplamente explanado.



ASSIM, faz-se necessária a revisão no preço de referência para as balanças dessa licitação, pois os mesmos não se compactuam com o valor atual de mercado, do qual somos uma revenda e o valor cotado (estimado) não cobre os custos e o preço de mercado da matéria prima, custos, insumos e verificação inicial (taxa metrológica junto ao INMETRO).

# SOMENTE A TAXA INMETRO PARA BALANÇAS PORTATIL 150KG A 300KG CUSTA 165,40:

	CONTRACTOR OF THE PARTY OF THE		CONTRACTOR OF THE PROPERTY OF
COLLEGE COLLEG	Jr. Subjects 2 KE 52.53	grand to the State of the State	269.27
Lesa, para corresposable das regioniste de cebalicas, sono combinidade		homography de neugran de desart de desart de	
from para impovação da registra de objetas acoa condiminação	r. irrabads		80.3
Leng para republikación de akumppatikanonin kickari	88.13524		
Бола дова, ликобиција, ик. воборого неколого и dr. финикански	83.1.532.31		246323 63
Eleca ido ambilistra, peris princhetos impraesados acipilino, ser Escabil	REAL SHE SHEET	4	
BANGARA	A Company of the Comp	198 386 2 Kg	54.45
Sona 1: 17 seguine euro ann suidade veneglida, an Asertako k	a condemniate opiosal pare monjete.	Learnesses Er progens St. Stone & Pretime of Char.	come wateres she divintor not
regionales. En propos e artiferior para concessió, membración moladi, des reclaeches que problema que aprovisos en Respondo	g timenagus de Ammani de Amma	NAME AND ADDRESS OF THE PARTY O	nanadasis (soccarropo) consorrente en opjorier (soerosco
corps approxi-	A sec an emperior on a manner of the	100 Joseph contractor, circinate anditimica, con ministrator, factati	280.45
man tubess		118 Section of Sike and Stike	
		1 13.5 Tacone de 50 ha en 1555 ha	
Suria 2. As turne, the recollege for the uncommunity moving a	An acceptance to the state of the second of	bostosopotiai ski pickagoti šlai užaslais ski utatislišo	III implica e Pr. Impinica
to him authoritions (give dig unadistancies plantes and anti-transfer science transfer than	abate acidiada picto atacominano sile das	1. 112; 36/148; i.ii.i.i.i.i.i.i.i.i.i.i.i.i.i.i.i	100 M
ekatecilis-dir inmegrafiya	a produktra i nebeli produkti 🐌	177 MODER S 82 88 NO. 35 M	and the second second
46			
O u ass person	Diário Oficia	National Control of Co	ura-festa, i de Severeiro e
	Diário Oficia	1 Tax Nobeleston is a serie the 10 monthly (166 model)	540,20 58
		Let Subsection a provide LC models, talk models	i in a second
ISL Maria de Colo de Table		Tel Trabenton, a provincia IC medicile, cale tradelle.  24. Julius State and Committee cale makes.  24. Julius R. managhara States.	540,20 58
	100 100 100 100 100 100 100 100 100 100	Tes Victorium, a antie de 10 matrie (este modele 34 - Legisterra, e parie de 30 matrie, colo modele 24 - Decides de International Militarie.	
The state of the s	100 MA 14.9 14.9 107.5 551	THE STATEMENT IS NOT THE LOCALITY OF THE STATEMENT OF THE	
I modes de principal de 150 de	A A A A A A A A A A A A A A A A A A A	Test Visionation i suntir la 12 militale (alla militale 38 Delimination i spini del 21 militale), (alla militale 38 Delimination i spini del 21 militale (alla militale 38 Delimination del militale 38 delimination delimination del militale 38 delimination deliminat	
120 minute of 2.5 kg and 1.0 kg.  2. minute of 2.5 kg and 1.0 kg.  2. minute of 2.5 kg and 1.0 kg.  2. minute of 1.0 kg.  2. minute of 1.0 kg.  3. minute of 1.0 kg.  3. minute of 1.0 kg.  4. minute	15   15   15   15   15   15   15   15	The Statement of province of the control of the con	
100	100   100	[64] Trademorina, a James Da. Lee Sanchel, Calla Stockello. 184. Explorences as James de A. Permetello, cale medical. 247. Charles de Commental Statisticos. Journal of Commental Statisticos. International Commental International Commentation International Commentation International Commental International Commentation International Co	1 25 2 2 3 2 3 2 3 2 3 2 3 2 3 2 3 2 3 2
The second of th	10   10   10   10   10   10   10   10	Tell Trademtina a pareir la 10 milliole, ciala troducia.  26. Di attinicioria a pareir da 10 milliole, ciala troducia.  27. Solicita di attinicioria di attinicio.  Paris la proprioria di attinicio.  Paris la proprioria di attinicio.  Paris la proprioria di 20 millione.  27. millione di attinicio.  28. millione di attinicio.  29. millione di attinicio.  29. millione di attinicio.  29. millione di attinicio.  20. millione di attinicio.	1 254
	10-1 M	<ul> <li>Telepostora, a James Da LC Sauchel, cola stocketta.</li> <li>Judicionerra, a James Da Termolot, cola stocketta.</li> <li>Judicionerra, a James Da Termolot, cola stocketta.</li> <li>Charlesto D. Camandario, distriction.</li> <li>Judicione D. Camandario, distriction.</li> <li>Judicione D. Camandario, del Constituto del Colambio del Companhio.</li> <li>Judicione D. Camandario, del Constituto del Colambio del C</li></ul>	10.66 J
	18-28 (18-28) 17-2-1 (17-2) 17	Test Statementos a pareira de 100 cualidad, ciado strolação.  363. De entreceiras a, a partir dos 310 cualidad, ciado strolação de composições de entreceira de Statementos de Activações de Composições de Activações de Activaçõ	\$2.50   2 2.50   2 3.50   2 3.
	152.55	Tel. Trabereties a pareir la 10 milital cultura.  36. Distriction a pareir la 10 milital cultura.  37. Distriction de Commendate de 11 milital cultura.  38. Distriction de Commendate de Articular de milital cultura.  38. Distriction de Commendate de Articular de milital cultura.  38. Distriction de Commendate de Articular de 11 milital cultura.  38. Distriction de 11 milital cultura cultura.  38. Distriction de 11 milital cultura.  38. Distriction de 12 milital cultura.	\$1,50   15   15   15   15   15   15   15
	152.55	261 Trademotion a pareira de 100 controle, colos senciones. 261 De consecuera a pareira de 3 For mandede, colos senciones. 262 Delectrica de Camandestanto Stratificami. Describer de Camandestanto de Camandestanto. Describer de Caman	\$1,50   15   15   15   15   15   15   15
20		Test Trademotions a partie to Committee, costs stockeds  26. Di attimicações a, a partie do a 1-10 materiale, costs stockedes  27. Toleradores de committente attentione.  Existina de proprieta de la committente attentione.  Existina de proprieta de committente attentione.  Existina de proprieta de committente attentione.  Existina de proprieta de committente attentione.  Existina de committente attentione.  Existin	\$1,50   75   75   75   75   75   75   75
10	15   15   15   15   15   15   15   15	261 Trademicra, a partir da 10° militale, cinha stockion.  282 Destinacione, a partir da 11° militale, cinha stockion.  283 Destinacione, a partir da 11° militale, cinha stockion.  284 Destinacione de Limanestimo de Americano de Sinha stockion.  285 Destinación de Sinha stockion.  285 Destinación de Sinha stockion.  286 Destinación de Sinha stockion.  287 Destinación de Sinha stockion.  288 Destinación de Sinha stockion.  289 Destinación de Sinha stockion.  280 Destinación de Sinha stockion.  281 Destinación de Sinha stockion.  281 Destinación de Sinha stockion.  282 Destinación de Sinha stockion.  283 Destinación de Sinha stockion.  284 Destinación de Sinha stockion.  285 Destinación de Sinha stockion.  286 Destinación de Sinha stockion.  287 Destinación de Sinha stockion.  288 Destinación de Sinha stockion.  288 Destinación de Sinha stockion.  289 Destinación de Sinha stockion.  280 Destinación de Sinha stockion.  281 Destinación de Sinha stockion.  282 Destinación de Sinha stockion.  283 Destinación de Sinha stockion.  284 Destinación de Sinha stockion.  285 Destinación de Sinha stockion.	No. 20
		Test Trademotion a partier the LCC southelp, clash stocking, 3-3. De estimaction a, paper de a 1-1 materiale, cash stocking, 3-2 Description de attenuel att	150,20   25   25   25   25   25   25   25
10	15   15   15   15   15   15   15   15	Tell Trademotion a partie de 10 maried, cale troubale.  181 Destinaciones a partie de 11 mariedo, cale translation.  181 Destinaciones de translational distribution.  Destinación de translational distribution.  Destinación de translational distribution.  182 Mariedo de translational de translation de 12 mariedo de 13 mariedo 13 mariedo de 13 mariedo	150 m   20 m
The second of th	150   150	261 Trademotion a pareira de Comminde, code stroiden. 262 De desirencera a pareira de 31º constitute, code stroiden. 263 De desirencera a pareira de 31º constitute de constitute de desirence de constitute de cons	10 m   20 m
	1   1   1   1   1   1   1   1   1   1	Test Trademotions a protein to Levi multide, crash stockets  281 September 2, a partie de 2 le mandred, sales stockets  282 September 2, a partie de 2 le mandred, sales stockets  283 September 2, a partie de 2 le mandred, sales stockets  284 Jan 195 stockets 2, a partie de 2 le mandred, sales stockets  285 Jan 195 stockets 2, a partie de 2 le mandred, sonde aprelled.  285 Jan 195 stockets 2, a partie de 2 le mandred, sonde aprelled.  285 Jan 195 stockets 2, a partie de 2 le mandred, sonde aprelled.  286 Jan 195 stockets 2, a partie de 2 le mandred, sonde aprelled.  286 Jan 195 stockets 2, a partie de 2 le mandred, sonde aprelled.  286 Jan 195 stockets 2, a partie de 2 le mandred, sonde aprelled.  286 Jan 195 stockets 2, a partie de 2 le mandred, sonde aprelled.  286 Jan 195 stockets 2, a partie de 2 le mandred.  286 Jan 195 stockets 2, a partie de 2 le mandred.  286 Jan 195 stockets 2, a partie de 2 le mandred.  286 Jan 295 stockets 2 le mandred, sonde aprelled.  286 Jan 295 stockets 2 le mandred, sonde aprelled.  286 Jan 295 stockets 2 le mandred, sonde aprelled.  286 Jan 295 stockets 2 le mandred, sonde aprelled.  286 Jan 295 stockets 2 le mandred, sonde aprelled.	\$40,00   mm   150,00   150,0
The second of th	150   150	261 Trademotion a pareira de Comminde, code stroiden. 262 De desirencera a pareira de 31º constitute, code stroiden. 263 De desirencera a pareira de 31º constitute de constitute de desirence de constitute de cons	\$40,20   Price   Pri

ASSIM O VALOR DO EDITAL É INEXEQUIVEL PARA BALANÇA APROPRIADA E APROVADA PELO INMETRO

Cumpre destacar que é notória a finalidade principal de um certame licitatório, onde o que se busca é a escolha da proposta comercial mais vantajosa para a Administração Pública e que atende a legislação e o INTERESSE PÚBLICO.

Assim, evitando uma contratação irregular e temerária, propensa a causar prejuízo ao erário, a Lei 8.666/93 que rege tal ato, traz em seu bojo todas os parâmetros necessários para que não haja AQUISICAO DE PRODUTO QUE NÃO ATENDE A NORMAS LEGAIS DO INMETRO.

Por tais razões, as exigências editalícias devem caracterizar-se, em essência, como um processo competitivo direcionado dentro da extrema legalidade, visando dois objetivos a serem perseguidos em qualquer procedimento de licitação: selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e assegurar aos possíveis interessados tratamentos isonômicos, sem se afastar jamais dos princípios insculpidos no art. 3°, § 1° da Lei 8.666/93, in verbis:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

## § 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

Entendemos que a licitação pública não visa atender os interesses dos particulares, mas sim sempre à satisfação do interesse público, proporcionando à Administração a possibilidade de realizar o negócio mais vantajoso e simultaneamente assegurar aos concorrentes a oportunidade de concorrerem, em igualdade de condições, à contratação pretendida pela Administração. Sucintamente, Hely Lopes Meirelles cita:

"Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse".

#### DOS PEDIDOS

Com base nos fatos e fundamentos expostos, a recorrente vem mui respeitosamente perante ao nobre pregoeiro, requerer o que segue:

- 1. Seja aceito o pedido de impugnação;
- 2. Seja realizada uma nova pesquisa de preços a fim de obter os valores de referência exequível(conforme valor de mercado), junto de fornecedores sérios e da área de atuação dos produtos (balanças), de forma a cotar na íntegra o que foi solicitado no edital e com a devida CERTIFICAÇÃO INMETRO, não retirando preços na internet que variam constantemente e não costumam atender ao solicitado no edital, afim de não fracassar o certame que certamente demanda trabalho desta comissão;

3. Que seja republicado o edital, escoimado do vício apontado, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme §2° do artigo 12 do decreto 3555 de 2000.

4. E, por fim, solicitamos que, no caso de indeferimento da presente peça, o que se levanta a título meramente argumentativo, seja a mesma remetida à autoridade hierárquica imediatamente superior conforme dispõe o artigo 109 da Lei 8.66/1993 para que analise e decida em última Instância, para que tome ciência do assunto aqui tratado e emita seu parecer, apresentando os três orçamentos para conferência da descrição do item e do valor apresentado, frente ao produto solicitado no edital. A Administração não é obrigada a adquirir produtos de baixa qualidade e de procedência duvidosa, ou seja, de fabricantes que não se encontrem regulares perante a lei

**Nestes Termos** 

Pede Deferimento.

Araçatuba/SP

and the second

K.C.R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP

KAREN CRISTIANE RIBEIRO STANICHESKI
PROCURADORA/REPRESENTANTE LEGAL

CPF 277.277.558-50

image008.png 18K